

## EDITORIAL

Apresentamos a nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 3, do volume 14, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados ao Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, Direito Civil, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Compliance, Filosofia e Direito do Consumidor.

O estudo “*A implantação de Políticas Públicas pela solução judicial dialogada*”, possui como ponto de partida a necessidade de implementação de vias alternativas para a solução das controvérsias resultantes de colisões de Direitos e interesses fundamentais, de maneira a resultar na efetividade dos preceitos elencados pelo Estado Democrático do Direito. Neste interim, sob tal paradigma, a solução negociada dialogada se mostra satisfatória no que diz respeito a implementação de políticas públicas

Por sua vez, quanto aos Direitos Fundamentais, primordialmente o Direito à saúde, o artigo intitulado “*Direito à Saúde em Portugal: enquadramento constitucional e o desenvolvimento do serviço nacional de saúde*”, possui como escopo descrever, através da revisão da legislação publicada e da literatura especializada, o trajeto do Direito à Saúde em Portugal desde 1976 até aos dias de hoje, considerando as várias revisões constitucionais e o desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em tal país.

No campo do Direito Ambiental e Direito Civil, o artigo “*Responsabilidade Civil Ambiental decorrente do serviço público de fornecimento de energia elétrica*” realiza uma análise no que tange a responsabilidade civil e ambiental das empresas prestadoras de serviço público, em especial, as concessionárias de energia elétrica, de modo a considerar a energia como um direito de extrema imprescindibilidade.

Ainda no tocante aos Direitos Fundamentais e Humanos, o estudo nomeado de “*Revisitando a Dignidade da Pessoa Humana em tempos de desconstrução de Direitos Sociais fundamentais (educação e trabalho): contributo de Giovanni Pico Della Mirandola*” enfrenta o debate das crises do Estado Social no cenário brasileiro, precipuamente quanto a área da educação e do trabalho, cuja intensas subtrações ocasionaram em um desrespeito a dignidade da pessoa humana, elemento essencial para a concretização dos Direitos Fundamentais Sociais dos Cidadãos.

Nesse sentido, o trabalho faz menção à Giovanni Pico della Mirandola, o qual desenvolveu a ideia de que o homem pode ascender na cadeia das criaturas pelo exercício de suas capacidades intelectuais, fato tido como a garantia da dignidade da existência humana na vida terrestre.

Por sua vez, no âmbito do Compliance, o artigo *“Crítica ao Compliance na Lei Brasileira de Anticorrupção”* propõe avaliar a maneira pela qual tal dispositivo foi inserido na realidade brasileira, a partir do advento da Lei nº 12.846 de 2013, conhecida popularmente como Lei Anticorrupção, de modo a tecer críticas quanto ao instituto do Compliance, por meio da interpretação e da comparação com a realidade internacional

Com pauta no Direito Constitucional, o artigo *“A Restrição da Imunidade Parlamentar na ADI 5526: uma crítica ao controle judicial de constitucionalidade a partir da análise do voto do Min. Luís Roberto Barroso”*, constrói uma análise crítica do voto do Ministro Luís Roberto Barroso na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5526, que versou sobre se o alcance das medidas cautelares diferentes de prisão, quando aplicadas aos congressistas, seriam passíveis de revisão pelo Poder Legislativo - tal e qual ocorre com a prisão em flagrante. De forma a ponderar acerca dos limites do controle judicial de constitucionalidade e legitimidade política jurisdicional do controle de constitucionalidade exercido pelo Ministro mencionado.

Também com pauta no Direito Constitucional, o artigo *“Controle de Convencionalidade da Lei de Anistia nº 6.683/79: Direito à memória e à verdade”*, aborda a importância do controle de convencionalidade para a preservação da unidade do sistema jurídico brasileiro e para o controle de validade dos atos normativos internos com respeito aos Direitos Humanos. De feita a ser investigada a Lei de Anistia nº 6.683/79, a qual vem servindo de obstáculo para a investigação dos fatos e para a identificação e punição dos responsáveis pelas atrocidades ocorridas durante a fase do regime militar no país.

No tocante a Filosofia, o trabalho intitulado *“Resgate Histórico-filosófico dos Conceitos de Liberdade: a construção da liberdade comunicativa”* possui como escopo discutir a ressignificação do conceito de liberdade à luz da teoria comunicativa de Jürgen Habermas. O problema enfrentado consiste que a liberdade, enquanto reflexo do paradigma liberal, não mais atende às necessidades das sociedades contemporâneas, e, enquanto conceito reconstruído pelo republicanismo, não se mostra efetiva para garantir a proteção e a autonomia dos sujeitos individuais.

Por seu turno, o estudo *“Relações de Consumo e Serviços Públicos: a figura do Estado consumidor”*, de viés Constitucional, mas também sob a ótica do Direito do Consumidor, apresenta o conceito de serviços públicos, de consumidor e de fornecedor, com o fito de defender a possibilidade de aplicação do diploma consumerista na prestação dos serviços públicos, assumindo o Estado o papel de consumidor.

Por fim, também sob o prisma do Direito Constitucional, a pesquisa *“A amplitude do conceito de cidadania para efeito de propositura da ação popular”* discorre sobre a concepção de cidadania, a qual na atualidade deve ser encarada com um feitiço mais abrangente não só os Direitos Políticos, mas também os Direitos Sociais e Cívicos, motivo por que o termo cidadão, para fins de ajuizamento da ação popular, deve ser

amplo, não se limitando aos contornos estabelecidos pela Lei 4.717/65.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas. A primeira examina a obra “*A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: A construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*”, de Luís Roberto Barroso. E a segunda, trata da obra “*Dos delitos e das penas*” de Cesare Beccaria.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso terceiro volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti